



TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 390/2026

CONVÊNIO Nº 652/2025/PGE-SEAGRI.

ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI)

1. INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer as diretrizes, especificações técnicas e condições necessárias para a contratação pretendida pela Administração Pública Municipal, no âmbito do **Processo Administrativo nº 390/2026**, em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Orçamentária Anual vigente do Município e demais normativos aplicáveis.

Este documento foi elaborado com base nas informações constantes no Estudo Técnico Preliminar, instrumento que evidenciou a necessidade da contratação, analisou as soluções disponíveis no mercado e concluiu pela viabilidade técnica, operacional e econômica da solução escolhida, garantindo o adequado atendimento ao interesse público.

A presente contratação insere-se no contexto das ações institucionais da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Rio Crespo/RO, observando as diretrizes estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, visando o fortalecimento das atividades produtivas rurais, por meio da disponibilização de equipamentos adequados que contribuam para o aumento da eficiência dos serviços prestados aos produtores rurais.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



Adicionalmente, destaca-se que a demanda encontra-se vinculada ao Convênio nº 652/2025/ PGE-SEAGRI, devendo sua execução observar rigorosamente as condições pactuadas, os princípios da boa governança e a adequada aplicação dos recursos públicos.

Por fim, o presente Termo de Referência constitui peça fundamental para a instrução do processo licitatório, assegurando transparência, competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública..

2. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de implementos agrícolas, novos, sem uso, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Rio Crespo/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

A contratação visa atender às necessidades operacionais da Administração Pública no apoio às atividades produtivas do setor rural, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e no Plano de Trabalho vinculado ao Convênio nº 652/2025/PGE-SEAGRI.

Os bens a serem adquiridos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas a serem detalhadas neste Termo de Referência, observando padrões de qualidade, desempenho, durabilidade e adequação ao uso pretendido, de modo a assegurar a efetividade da política pública a que se destinam.

A presente contratação será processada mediante procedimento licitatório, nos termos da legislação vigente, adotando-se o critério de julgamento mais vantajoso para a Administração Pública, conforme definido neste instrumento.





3. ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

Os itens a serem adquiridos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas abaixo descritas, sendo vedada a oferta de produtos que não atendam integralmente às características mínimas exigidas, sob pena de desclassificação da proposta.

As especificações foram definidas com base no Estudo Técnico Preliminar, considerando as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura, bem como os padrões de mercado, de forma a garantir a aquisição de bens adequados, duráveis e eficientes.

3.1. Relação de Itens

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	VALOR	TOTAL
01	Colheitadeira de area total nova para trator,	01	R\$96.310,00	R\$96.310,00
02	Carreta agricola	01	R\$31.939,03	R\$31.939,03
03	Grade Aradora nova	01	R\$41.379,73	R\$41.379,73

3.2. Requisitos Gerais dos Itens

Todos os equipamentos deverão:

- I – Ser novos, sem uso, e de primeiro fornecimento;
- II – Atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis e, na ausência destas, às normas internacionais reconhecidas;





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



- III – Possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contada a partir do recebimento definitivo;
- IV – Estar acompanhados de manuais de operação e manutenção em língua portuguesa;
- V – Apresentar padrão de qualidade e desempenho compatível com as exigências do mercado;
- VI – Ser entregues com todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento;
- VII – Possuir assistência técnica autorizada no território nacional;
- VIII – Atender aos requisitos de segurança operacional.

3.3. Padronização e Qualidade

A especificação dos itens foi elaborada de forma a não restringir a competitividade, evitando indicação de marcas, modelos ou fabricantes específicos, salvo quando tecnicamente justificado, nos termos da legislação vigente.

Os bens ofertados deverão apresentar desempenho e qualidade equivalentes ou superiores aos parâmetros estabelecidos, sendo admitidas variações desde que não comprometam a finalidade do objeto.

4.4. Critérios de Aceitação

Os itens serão aceitos somente se:

- Estiverem em conformidade com as especificações técnicas;
- Não apresentarem vícios, defeitos ou avarias;
- Atenderem às exigências de funcionamento e desempenho;





- Forem aprovados na inspeção técnica realizada pela Administração.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de fortalecimento das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Agricultura, voltadas ao apoio e incentivo à produção rural no âmbito do Município de Rio Crespo/RO.

O setor agrícola constitui importante base econômica local, sendo fundamental a adoção de medidas que promovam o aumento da produtividade, a melhoria das condições de trabalho no campo e a ampliação da capacidade operacional da Administração Pública no atendimento aos produtores rurais.

Nesse contexto, a aquisição de implementos agrícolas mostra-se essencial para viabilizar a mecanização das atividades produtivas, reduzindo a dependência de métodos manuais, aumentando a eficiência na execução dos serviços e contribuindo para melhores resultados na produção agropecuária.

Conforme evidenciado no Estudo Técnico Preliminar, a demanda apresentada encontra respaldo técnico, tendo sido analisadas alternativas disponíveis no mercado, sendo a solução de aquisição dos equipamentos considerada a mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional, demonstrando-se, portanto, viável e necessária à satisfação do interesse público.

Adicionalmente, a contratação encontra-se vinculada ao Convênio nº 652/2025/PGE-SEAGRI, o qual prevê a disponibilização de recursos para a aquisição dos referidos equipamentos, reforçando a necessidade de observância às condições pactuadas e à correta aplicação dos recursos públicos.

Destaca-se, ainda, que a não realização da contratação poderá comprometer a execução das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



rural, impactando negativamente a produtividade agrícola, a geração de renda e a qualidade de vida dos produtores atendidos.

Dessa forma, resta devidamente caracterizado o interesse público na contratação pretendida, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento, previstos na legislação vigente.

5. DA APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E DA AMPLA CONCORRÊNCIA

Considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de equipamentos agrícolas especializados, destinados à execução do Convênio nº 652/2026/PGE-SEAGRI;

Considerando a necessidade de ampliar a competitividade do certame, assegurar maior participação de fornecedores e viabilizar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;

Considerando que o mercado fornecedor do objeto é composto, em sua maioria, por fabricantes, concessionárias e revendedores especializados, não sendo possível assegurar, de forma inequívoca, a existência de número mínimo de microempresas e empresas de pequeno porte aptas a atender integralmente às exigências técnicas estabelecidas;

Considerando o disposto no art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, que autoriza a não aplicação exclusiva dos benefícios previstos nos arts. 47 e 48 quando não houver competitividade suficiente;

Fica justificada a realização do presente procedimento licitatório em regime de ampla concorrência.

Ressalta-se, contudo, que serão integralmente assegurados às microempresas e empresas de pequeno porte os benefícios legalmente previstos na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente no que se refere:





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



- I – à possibilidade de regularização fiscal e trabalhista tardia, nos termos da legislação vigente;
- II – ao direito de preferência em caso de empate ficto, conforme critérios estabelecidos em lei;
- III – aos demais tratamentos favorecidos aplicáveis, desde que compatíveis com a natureza do objeto.

Dessa forma, concilia-se a ampliação da competitividade do certame com a observância do tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, garantindo-se o interesse público, a economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta consiste na aquisição de implementos agrícolas novos, devidamente especificados e compatíveis com as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura, destinados ao apoio às atividades produtivas desenvolvidas no âmbito rural do Município de Rio Crespo/RO.

A escolha pela aquisição direta dos equipamentos, em detrimento de outras alternativas como locação ou compartilhamento, fundamenta-se nas conclusões do Estudo Técnico Preliminar, o qual demonstrou que a solução apresenta maior vantajosidade sob os aspectos econômico, operacional e de continuidade dos serviços públicos, garantindo maior autonomia administrativa e disponibilidade permanente dos bens.

Os equipamentos a serem adquiridos deverão possuir características técnicas adequadas ao tipo de atividade a que se destinam, observando critérios de qualidade, durabilidade, eficiência e segurança, além de estarem em conformidade com as normas técnicas e regulamentações aplicáveis.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



A solução contempla, ainda, a entrega dos bens em perfeitas condições de uso, acompanhados de manuais técnicos, certificados de garantia e demais acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, assegurando a correta utilização e manutenção dos equipamentos.

6,1.Melhor demonstrar os itens de escolha:

- **COLHEITADEIRA DE AREA TOTAL NOVA PARA TRATOR, DIVERSAS CULTURAS** - com as seguintes características: potência de 65 a 90cv. rotação na tomada de força 540rpm. com as funções de corte, picagem, recolhimento e descarga. capacidade de produção, máxima 35ton/h. fixação por três pontos ao trator. atendendo às normas de segurança como por exemplo a NBR ISO 4254-7 e nr-12. afiador das facas do rotor. contra faca do rotor fixa com ao menos duas vidas. tombador para facilitar a colheita em variadas culturas espaçamento de abertura com corte em linhas de 45 a 80cm ou quando plantado em lanço, de 1 metro, regulagem de tamanho de corte de no mínimo 24 tamanhos de picado, podendo variar de 2 a 36mm. sistema de quebra grãos. recolhimento e descarga: 04 rolos internos sendo ao menos 2 rolos reco.



Imagem ilustrativa

- **CARRETA AGRICOLA METÁLICA BASCULANTE NOVA**- com as seguintes especificações: sistema hidráulico equipado com um pistão; cilindro hidráulico para basculamento por comando hidráulico de dupla função do trator; capacidade de carga de no mínimo 5 toneladas, caçamba com volume de no mínimo 5 m³, equipado com 4 rodas de no

Rua Joaquim Pedro Sobrinho, 1160 - Centro - CEP. 76.863-000 – Rio Crespo - RO
CNPJ/MF: 63.761.977/0001-41 - 69-3539-2017 – E-mail: sec.agricultura@riocrespo.ro.gov.br
Portal Transparência: www.riocrespo.ro.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



mínimo 16 polegadas e pneus novos medida 750/16 com no mínimo 14 lonas, tampa traseira basculante automática. garantia mínima exigida de 1 (um) ano.



Imagem ilustrativa

- **GRADE ARADORA NOVA**-com controle remoto, largura arada: mínima 1400mm, tipo mancais: lubrificado a óleo, sistema de transporte :roda/acionadas pistão Hidráulico, pneus novos medida 750/16 com no mínimo 14 lonas recortado 14x26x6, quantidade discos: mínimo 14, diâmetro disco: 26 pol, espaçamento entre disco 230mm, garantia mínima de 1 ano.



Foto ilustrativa

Adicionalmente, deverá ser garantida assistência técnica, bem como suporte durante o período de garantia, de forma a assegurar a continuidade da operação e a mitigação de riscos relacionados a eventuais falhas ou defeitos.

A forma de execução da contratação dar-se-á por meio de procedimento licitatório, com fornecimento integral dos bens, não sendo admitido fornecimento parcial, salvo nos casos devidamente justificados e aceitos pela Administração.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



Dessa forma, a solução proposta mostra-se adequada para o atendimento da necessidade pública identificada, assegurando eficiência na aplicação dos recursos e contribuindo para o alcance dos objetivos institucionais da Administração Municipal.

7. ESTIMATIVA DE VALOR

A estimativa de valor da contratação será apurada com base em pesquisa de preços realizada nos termos da legislação vigente, especialmente conforme disposto na Lei nº 14.133/2021 e regulamentações aplicáveis.

A pesquisa de preços deverá observar critérios técnicos e metodológicos adequados, contemplando, sempre que possível, a utilização de múltiplas fontes, tais como contratações similares realizadas por outros entes públicos, fornecedores do ramo e demais meios idôneos, de forma a garantir a obtenção de valores compatíveis com os praticados no mercado.

Para a formação do preço estimado, deverão ser considerados os custos diretos e indiretos relacionados ao objeto da contratação, incluindo tributos, encargos, transporte, garantia e demais despesas necessárias ao pleno atendimento da demanda.

O valor estimado da contratação será consolidado em planilha de custos, devidamente justificada e juntada aos autos do processo administrativo, servindo como parâmetro para análise das propostas apresentadas no certame.

A Administração deverá assegurar que a estimativa de preços reflita a realidade de mercado, evitando sobrepreço ou inexequibilidade, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



O valor estimado poderá ser sigiloso, nos termos da legislação vigente, quando devidamente justificado, com o objetivo de preservar a competitividade do certame.

8. PRAZO DE VIGÊNCIA E ENTREGA

O prazo de vigência da contratação será de 12 (Doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, desde que devidamente justificado e demonstrado o interesse da Administração Pública.

O prazo para entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento pela contratada, devendo os equipamentos ser entregues de forma integral, em perfeitas condições de uso e funcionamento.

A entrega deverá ocorrer no endereço indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Rio Crespo/RO, em dias úteis e em horário previamente agendado com o setor competente.

Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, e, posteriormente, recebidos definitivamente após a conferência técnica e funcional, no prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias.

Caso sejam constatadas irregularidades, defeitos ou inconformidades nos bens fornecidos, a contratada deverá proceder à substituição no prazo a ser definido pela Administração, sem ônus adicional, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

O não cumprimento dos prazos estabelecidos sujeitará a contratada às penalidades previstas na legislação aplicável e no instrumento contratual.





9. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Das Obrigações da Contratada

Constituem obrigações da Contratada, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável e no instrumento contratual:

I – Fornecer os bens objeto da contratação em estrita conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada;

II – Entregar os equipamentos novos, sem uso, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados de manuais, certificados de garantia e demais itens necessários ao seu pleno uso;

III – Cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos, responsabilizando-se por eventuais atrasos, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

IV – Responsabilizar-se pela qualidade dos bens fornecidos, promovendo, às suas expensas, a substituição de qualquer item que apresente defeito, vício ou inconformidade com as especificações exigidas;

V – Prestar assistência técnica durante o período de garantia, assegurando suporte adequado e tempestivo para manutenção e eventuais reparos;

VI – Arcar com todos os custos diretos e indiretos decorrentes da execução do objeto, inclusive transporte, carga, descarga, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais;

VII – Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



VIII – Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

IX – Atender prontamente às solicitações da Administração, prestando esclarecimentos e informações sempre que requisitado.

9.2. Das Obrigações da Contratante

Constituem obrigações da Contratante:

I – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

II – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes deste instrumento;

III – Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído ou corrigido;

IV – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor ou comissão designada;

V – Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no contrato;

VI – Aplicar as sanções administrativas, quando cabíveis, em caso de descumprimento das obrigações contratuais;

VII – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, necessários à execução do objeto.

9.3. Dos Direitos das Partes

Constituem direitos da Contratada:

Rua Joaquim Pedro Sobrinho, 1160 - Centro - CEP. 76.863-000 – Rio Crespo - RO
CNPJ/MF: 63.761.977/0001-41 - 69-3539-2017 – E-mail: sec.agricultura@riocrespo.ro.gov.br
Portal Transparência: www.riocrespo.ro.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



I – Receber o pagamento ajustado, na forma e prazo estabelecidos, desde que cumpridas todas as obrigações contratuais;

II – Solicitar reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovadas as hipóteses legais;

III – Obter da Administração as informações necessárias à adequada execução do objeto.

Constituem direitos da Contratante:

I – Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela Contratada;

II – Receber o objeto em conformidade com as especificações estabelecidas;

III – Rejeitar, no todo ou em parte, os bens fornecidos em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;

IV – Aplicar as sanções previstas na legislação e no contrato em caso de inadimplemento.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto dar-se-á de forma indireta, sob o regime de fornecimento integral, mediante contratação de empresa especializada para o fornecimento dos implementos agrícolas, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

A contratação será formalizada por meio de instrumento contratual, precedida de regular procedimento licitatório, nos termos da legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

A execução compreenderá as seguintes etapas:





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



- I – Emissão da Ordem de Fornecimento pela Administração, após a formalização do contrato;
- II – Fornecimento e entrega dos bens pela Contratada, no prazo estabelecido, no local indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura;
- III – Recebimento provisório dos bens, para verificação inicial quanto à conformidade com as especificações contratuais;
- IV – Realização de inspeção técnica e funcional dos equipamentos, com vistas à verificação de sua adequação, qualidade e pleno funcionamento;
- V – Recebimento definitivo, após a constatação do atendimento integral às exigências estabelecidas;
- VI – Início da contagem do prazo de garantia, a partir do recebimento definitivo dos bens.

A execução do objeto deverá observar rigorosamente as especificações técnicas, quantitativos, prazos e condições estabelecidas, sendo vedada qualquer alteração sem prévia e expressa autorização da Administração.

A Contratada será integralmente responsável pelo transporte, carga, descarga e entrega dos bens, devendo garantir que os equipamentos sejam entregues em perfeitas condições de uso, sem avarias ou danos.

A Administração designará servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, competindo-lhe verificar o cumprimento das obrigações assumidas, bem como atestar o recebimento dos bens.

Eventuais inconformidades deverão ser registradas e comunicadas à Contratada, que deverá adotar as medidas corretivas necessárias no prazo





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



estabelecido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

O modelo de execução adotado visa assegurar a eficiência, a economicidade e a adequada aplicação dos recursos públicos, garantindo que o objeto contratado atenda plenamente às necessidades que motivaram a contratação.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e fiscalização do contrato decorrente deste Termo de Referência serão realizadas em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, eficiência, transparência e controle.

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão formalmente designada pela Administração, a quem competirá o monitoramento sistemático do cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

Para fins de gestão contratual, serão adotados os seguintes procedimentos:

- I – Designação de gestor e fiscal do contrato, mediante ato formal, com atribuições distintas e complementares, sendo o gestor responsável pela coordenação geral e o fiscal pela verificação da execução do objeto;
- II – Registro de todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, inclusive eventuais falhas, atrasos ou inconformidades, em instrumento próprio;
- III – Acompanhamento dos prazos de entrega, garantindo o cumprimento das condições estabelecidas no contrato;
- IV – Verificação da conformidade dos bens entregues com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência;





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



V – Atesto do recebimento provisório e definitivo, após a devida conferência técnica e funcional dos equipamentos;

VI – Comunicação formal à Contratada acerca de quaisquer irregularidades constatadas, fixando prazo para correção;

VII – Aplicação de sanções administrativas, quando cabíveis, em caso de descumprimento contratual, observando o contraditório e a ampla defesa;

VIII – Controle do prazo de garantia dos bens, assegurando a adequada prestação de assistência técnica pela Contratada;

IX – Manutenção de arquivo completo e organizado contendo todos os documentos relacionados à execução do contrato, garantindo a rastreabilidade e a transparência dos atos praticados.

A gestão do contrato deverá assegurar que a execução do objeto ocorra conforme planejado, com observância aos parâmetros de qualidade, prazos e custos, de modo a garantir a adequada aplicação dos recursos públicos e o atendimento ao interesse público.

O gestor do contrato deverá, ainda, adotar medidas preventivas para mitigação de riscos, bem como propor melhorias na execução contratual, sempre que necessário, visando maior eficiência e efetividade na entrega dos resultados.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI), prevista no orçamento vigente do Município de Rio Crespo/RO, conforme classificação abaixo:

20.608.0002.2026.0000 – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA –
Convênio nº 652/2025/PGE-SEAGRI





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

Os recursos financeiros são oriundos do Convênio nº 652/2025/PGE-SEAGRI, firmado com o Estado de Rondônia, devidamente vinculados à finalidade de fortalecimento da agricultura familiar. E aprovado na lei municipal 1308/2026

13. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado à Contratada após o recebimento definitivo do objeto, mediante a apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, comprovando a entrega dos bens em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

O prazo para pagamento será de até 10 (dez) dias, contados a partir da data do atesto da nota fiscal e entrega do bem, desde que não haja pendências quanto à execução do objeto ou à documentação apresentada.

A nota fiscal deverá ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de Rio Crespo/RO, contendo a descrição detalhada dos bens fornecidos, os valores unitários e totais, bem como a indicação do número do contrato e do respectivo processo administrativo.

Para fins de pagamento, a Contratada deverá comprovar a regularidade fiscal e trabalhista, mediante a apresentação das certidões exigidas na legislação vigente, especialmente aquelas relativas à regularidade junto à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e às Fazendas Públicas.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento ficará suspenso até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, iniciando-se nova contagem a partir da regularização.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta corrente indicada pela Contratada, vedada a antecipação de pagamento, salvo nas hipóteses previstas em lei.

Eventuais atrasos no pagamento, desde que não decorrentes de culpa da Contratada, poderão ensejar a atualização monetária do valor devido, nos termos da legislação aplicável.

14. DO REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da contratação, nos termos da legislação vigente.

Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os valores poderão ser reajustados, mediante solicitação da Contratada, utilizando-se índice oficial previamente definido no instrumento convocatório, que melhor reflita a variação dos custos do objeto contratado.

O reajuste deverá ser formalizado por meio de termo aditivo, sendo obrigatória a demonstração analítica da variação dos custos que justifique a sua aplicação, observando-se, ainda, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Não será concedido reajuste antes de decorrido o prazo mínimo legal, ressalvadas as hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro previstas em lei, devidamente comprovadas e justificadas.

Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da data de sua solicitação, desde que devidamente protocolada e instruída, não sendo admitida a aplicação retroativa, salvo disposição legal em contrário.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como pelo descumprimento de quaisquer condições previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, a Contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabível.

As sanções poderão ser aplicadas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, e consistem em:

- I – Advertência, quando verificada irregularidade de menor gravidade, que não acarrete prejuízos significativos à Administração;
- II – Multa, a ser aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do objeto ou de descumprimento contratual, podendo ser fixada em percentual sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida, conforme definido no instrumento convocatório;
- III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos casos previstos em lei;
- IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, nos termos da legislação vigente.

A aplicação das sanções observará a gravidade da infração cometida, os danos causados à Administração, a vantagem auferida pela Contratada, bem como a reincidência, quando houver.

A multa aplicada deverá ser recolhida no prazo estipulado pela Administração, podendo ser descontada dos pagamentos devidos ou cobrada judicialmente, quando necessário.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a natureza e a gravidade da infração, observadas as disposições legais.

O processo de aplicação de sanções deverá ser formalmente instruído, garantindo-se à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

16.CONDIÇÕES DE ENTREGA

A entrega dos bens deverá ser realizada pela Contratada em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

Os equipamentos deverão ser entregues novos, sem uso, devidamente acondicionados, acompanhados de todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, bem como de manuais técnicos, certificados de garantia e demais documentos pertinentes.

A entrega ocorrerá no endereço indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Rio Crespo/RO, em dias úteis e horário previamente agendado com o setor responsável, sendo de inteira responsabilidade da Contratada os custos com transporte, carga, descarga e quaisquer outros encargos logísticos.

Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, para verificação inicial quanto à integridade física e conformidade com o objeto contratado.

O recebimento definitivo será realizado após a conferência técnica e funcional dos equipamentos, no prazo máximo a ser definido pela Administração, ocasião em que será verificado o atendimento integral às especificações exigidas.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



Caso sejam constatadas avarias, defeitos, divergências ou qualquer inconformidade, a Contratada deverá promover, às suas expensas, a substituição ou correção dos itens no prazo estabelecido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Não será admitida a entrega parcial do objeto, salvo mediante justificativa formal da Contratada e prévia autorização da Administração.

A Contratada deverá garantir que os bens sejam entregues em perfeitas condições de uso, sendo responsável por quaisquer danos ocorridos durante o transporte até o local de entrega.

O descumprimento das condições estabelecidas implicará na recusa do objeto, total ou parcial, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação e no contrato.

17. DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos neste Termo de Referência serão dirimidos pela Administração Pública, com fundamento na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios que regem a Administração Pública.

Na ausência de disposição específica, aplicar-se-ão, subsidiariamente, as normas de direito administrativo e, supletivamente, os princípios gerais de direito, resguardando-se, em qualquer hipótese, o interesse público.

Eventuais lacunas deverão ser interpretadas de forma a assegurar a continuidade da execução contratual, a eficiência da contratação e a adequada aplicação dos recursos públicos, sempre em conformidade com os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e segurança jurídica.

18. DA PUBLICAÇÃO





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



A publicidade dos atos decorrentes da presente contratação será assegurada em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, garantindo a transparência e o controle social dos atos da Administração Pública.

O extrato do instrumento contratual será publicado nos meios oficiais de divulgação do Município de Rio Crespo/RO, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), quando aplicável, no prazo legal estabelecido.

Adicionalmente, todos os atos pertinentes ao processo licitatório e à execução contratual deverão ser disponibilizados no Portal da Transparência do Município, assegurando amplo acesso às informações por parte dos órgãos de controle e da sociedade.

A ausência de publicação dos atos exigidos poderá comprometer a eficácia do contrato, nos termos da legislação vigente.

19. DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ariquemes/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução deste Termo de Referência e do contrato dele decorrente, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

20. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Termo de Referência foi elaborado com base nos elementos constantes no Estudo Técnico Preliminar e demais documentos que instruem o processo administrativo, observando-se os princípios que regem a Administração Pública e as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Este instrumento tem por finalidade assegurar a adequada caracterização do objeto, a definição clara das condições de execução e a transparência dos





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
Estado de Rondônia
Lei de Criação N.º 376 - 13/02/92
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



critérios adotados, contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A contratação pretendida mostra-se necessária, adequada e alinhada ao interesse público, atendendo às demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e às diretrizes estabelecidas no âmbito do Convênio nº 652/2026.

Por fim, ressalta-se que a execução contratual deverá observar rigorosamente as disposições estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento contratual e na legislação vigente, garantindo a eficiência, a economicidade e a correta aplicação dos recursos públicos.

Rio Crespo/RO 01 de JUNHO 2026

Elaborado por:

QUENILSI LUIZ SANTOS

Superintendente de agricultura

Revisado e Autorizado por:

ATAIDE JOSÉ NORBERTO

Secretário Municipal de Agricultura







Município de Rio Crespo

63.761.977/0001-41
Av. Joaquim Pedro Sobrinho
www.riocrespo.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	RETIFICADO	01/06/2026
ID: 168166		Processo
CRC: F5C943F9		Documento
Processo: 3-390/2026		
Usuário: QUENILSI LUIZ SANTOS		
Criação: 01/06/2026 13:26:01	Finalização: 01/06/2026 13:26:57	
MD5: 68178FBCA45C3458F0AFE888A34AB289		
SHA256: 3924E9F7776BAAF662241EDBCCE71F4CDC3702A42C73A423868A3AC8B24CAACB		

Súmula/Objeto:

TERMO DE REFERENCIA RETIFICADO

INTERESSADOS

ATAIDE JOSE NORBERTO

01/06/2026 13:26:01

ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

01/06/2026 13:26:01

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.riocrespo.ro.gov.br informando o ID 168166 e o CRC F5C943F9.